



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 25/2025**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2025**

O **MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES/SC**, por intermédio do Pregoeiro e equipe de apoio, torna público que realizará licitação na modalidade acima descrita, processada e julgada consoante a Lei Federal nº. 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal 149/2022, Lei Complementar nº. 123/2006 e demais normas, especificações e recomendações deste Ato Convocatório.

**Entidades envolvidas:**

**Prefeitura Municipal de Pedras Grandes**, CNPJ: 82.928.680/0001-72;

**Tipo de contratação (art. 48, LC 123/2006):**

**Exclusiva ME/EPP:** apenas permitida a participação de ME/EPP e equiparados em todos os itens.

**Ampla participação:** permitida a participação do amplo mercado em todos os itens.

**Mista/Reserva Cota ME/EPP:** Itens excl. para ME/EPP/equiparados e itens para ampla participação.

**DA SESSÃO PÚBLICA (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

**Apresentação das propostas:** até às **09h30min** horas do dia **22/09/2025**.

**Credenciamento:** até às **09h30min** horas do dia **22/09/2025**.

**Sessão de abertura e julgamento às 09h30min** do dia **22/09/2025**.

**Local:** Sala de Licitações e Contratos (Prefeitura Municipal), sito à Rua José Marcon, 311, Bairro Centro, cidade de Pedras Grandes / SC, CEP: 88.720-000.

**Forma de Julgamento:** Menor Preço **Por Item**.

**Expediente do órgão:** Seg. à Sexta-feira das **08h00min às 12h00min** e das **13h00min às 17h00min**.

**1. ANEXOS DO EDITAL**

**1.1. Este instrumento contém:**

1.1.1. **Edital;**

1.1.2. **Anexo I - Termo de Referência;**

1.1.3. **Anexo II – Modelo de credenciamento;**

1.1.4. **Anexo III – Modelo de Declaração de cumprimentos dos requisitos de habilitação;**

1.1.5. **Anexo IV – Modelo de proposta de preços;**

1.1.6. **Anexo V – Modelo de declaração de enquadramento de ME/EPP;**

1.1.7. **Anexo VI – Modelo de Declaração UNIFICADA;**

1.1.8. **Anexo VII - Minuta do Contrato.**

**2. DO OBJETO**

2.1. O presente processo tem como objeto “**Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de tendas, pavilhões e banheiros químicos, incluindo transporte, manutenção e demais serviços necessários, para atender as demandas da Prefeitura**”



**Municipal e suas Secretarias, especificações conforme Termo de Referência** e minuta do contrato, vinculados a este edital.

2.1.2. A presente aquisição tem por objeto a locação, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas temporárias, compreendendo tendas, pavilhões e banheiros químicos, de forma eventual e conforme demanda, com o objetivo de atender às necessidades da Prefeitura Municipal e suas respectivas Secretarias, em apoio à realização de diversos eventos institucionais, culturais, esportivos, educacionais, de saúde, sociais e comunitários, dentre outros.

2.2. A prestação dos serviços deve incluir, obrigatoriamente:

- a) transporte, entrega e retirada dos equipamentos no local indicado;
- b) montagem e desmontagem completa das estruturas contratadas;
- c) instalação adequada conforme normas técnicas de segurança;
- d) Manutenção preventiva e corretiva durante todo o período de locação;
- e) fornecimento de banheiros químicos em perfeitas condições de uso, com limpeza regular e reposição de insumos (papel higiênico, desodorizadores, etc)
- f) estruturas (tendas e pavilhões) em bom estado de conservação, com resistência adequada às condições climáticas e características do evento;

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar desta licitação, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação e que cumpram com as exigências deste Edital e seus Anexos.

**3.2. De acordo com o art. 48 da Lei complementar 123/2006 e a marcação constante no preâmbulo deste edital (tipo de contratação) poderão participar:**

3.2.1. Exclusiva ME/EPP: neste tipo de contratação, apenas é permitida a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, em todos os itens.

3.2.2. **Ampla participação: todos os itens serão para ampla participação de todos, sem restrição.**

3.2.3. Mista: haverá itens reservados apenas para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, assim como itens para ampla participação de todos. Os itens reservados e suas quantidades, assim como os para ampla participação constarão no termo de referência deste edital.

3.2.3.1. No tipo de contratação mista, também poderão ocorrer os chamados itens com cota reservada p/ ME/EPP, ou seja, itens com até 25% de sua quantidade reservada a participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, sendo o restante da quantidade destes mesmos itens aberto para ampla participação de todos.

3.2.3.1.1 Não havendo vencedor da cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de recusa, aos licitantes remanescente, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

3.2.3.1.2. Caso o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de ambas as cotas ocorrerá pela de menor preço.

3.2.3.1.3. Caso licitantes distintos vençam a cota reservada e a cota principal e ambos forem ME/EPP, haverá preferência de contratação da cota de menor preço.

3.2.4. Independente do tipo estabelecido para participação, as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados poderão sempre participar em qualquer item.

**3.3. Não será admitida a participação neste processo de licitante:**



- 3.3.1. que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;
- 3.3.2. que entre os sócios, dirigentes ou administradores, possua vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.3.3. que esteja enquadrado nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o Art. 14 da Lei Federal N° 14.133/2021, bem como o agente público citado no § 1º do art. 9º.
- 3.3.4. estrangeiras que não funcionem no País.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Os licitantes deverão se apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro e equipe de apoio, devidamente munidos de documentos que os identifiquem e os credenciem a participar deste procedimento licitatório, da seguinte forma:
  - 4.1.1. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de empresa licitante, cópia do respectivo estatuto, contrato social ou documento de constituição (original ou cópia autenticada), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. No caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores (original ou cópia autenticada).
  - 4.1.2. Tratando-se de procurador, procuração por instrumento público (original ou cópia autenticada) ou procuração particular, da qual constem poderes para representar a outorgante em licitações públicas, podendo praticar todos os atos pertinentes a certames públicos, acompanhado de correspondente documento, dentre os indicados no subitem anterior, que comprove os poderes do mandante da outorga.
  - 4.1.3. Os documentos de constituição do licitante que forem apresentados deverão ser os que estão vigentes na data da sessão.
    - 4.1.2.1. Poderá ser utilizado o modelo constante no **Anexo II** para realização do credenciamento, substituindo a procuração, desde que também acompanhado de correspondente documento, dentre os indicados acima, que comprove os poderes do mandante da outorga.
    - 4.1.2. Apresentar **documento de identidade** em que conste a assinatura dos sócios e dos procuradores/credenciados que assinarem qualquer documento emitido, apenas para fins de comparação das assinaturas. Caso no próprio contrato social/documento de constituição ou outro documento legal conste a assinatura para comparação, não há necessidade de apresentação do documento de identidade.
- 4.2. Durante o credenciamento, os licitantes deverão apresentar **Declaração De Que Atendem Aos Requisitos De Habilitação**, previsto no inciso I do art. 63 da Lei nº. 14.133/2021, conforme o modelo constante no **ANEXO III**.
- 4.3. Durante o credenciamento, os licitantes **enquadrados como ME/EPP e equiparados**, deverão observar o item seguinte do edital e apresentar a documentação nele exigida.
- 4.4. Os documentos acima deverão ser entregues separados de qualquer eventual envelope de proposta ou de habilitação.
- 4.5. As declarações citadas acima podem ser formuladas durante o credenciamento caso o licitante não tenha em mãos, observado o art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade das presentes declarações.



4.6. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciado.

4.7. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará preclusão dos direitos do licitante durante o restante da sessão, como a formulação de lances e manifestação de recorrer.

## 5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

5.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas, às empresas de pequeno porte e equiparados que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo apresentar **no ato do credenciamento declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo constante no ANEXO V.**

5.1.1. Os benefícios concedidos pela LC 123/2006 também serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei n.º. 11.488/07, assim como ao microempreendedor individual – MEI.

5.2. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n.º. 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

5.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 5.2.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 5º do art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

5.4. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja **igual ou até 5% (cinco por cento) superior** à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

5.4.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior à proposta do primeiro colocado no prazo de até **5 (cinco) minutos**, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

5.4.1.1. O tempo poderá ser estendido se necessário e autorizado pelo pregoeiro.

5.4.2. não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, na forma do **subitem 5.4.1**, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **subitem 5.4**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.4.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no **subitem 5.4**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.4.4. na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada, se atendidas as exigências habilitatórias.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº. 01

6.1. As propostas deverão ser entregues no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, em envelope separado, lacrado e rubricado, contendo os seguintes dizeres:

**AO MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES / SC**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2025**

**PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº. 01**

**<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO>**

6.2. A proposta deverá conter:

6.2.1. Apresentação por escrito, em papel timbrado da empresa, escrita em português, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, devidamente datada e assinada, como também rubricadas em todas as suas folhas, indicar a razão social do licitante, número de **CNPJ que irá executar o objeto da licitação**, endereço completo, telefone, e-mail e dados bancários para depósito/transferência caso venha a ser o vencedor;

6.2.2. Deverá conter o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

6.2.2.1. No caso de preço, consignar em moeda nacional, o **preço unitário e total para cada item e, o preço global da proposta**, em algarismo e por extenso;

6.2.2.1.1. Em caso de divergência entre os valores unitário e total, será considerado o primeiro e, entre o expresso em algarismo e por extenso, será considerado este último;

6.2.3. Discriminar **a marca em cada item ofertado**;

6.2.3.1. Somente será aceita proposta sem marca, caso seja de fabricação própria do licitante;

6.3. O licitante poderá informar o prazo de validade de sua proposta obedecendo **ao prazo mínimo** estabelecido no **ANEXO I – Termo de Referência** e, caso não informe ou informe um prazo menor, será considerado o prazo constante no Termo de Referência como sendo o de sua proposta;

6.4. Declarar o **prazo de entrega do objeto licitado**, que deverá ser **no máximo** o estabelecido no **Termo de Referência – ANEXO I** (a omissão da declaração ou indicação de prazo maior implica na aceitação do prazo estabelecido no **ANEXO I**);

6.5. Declarar estar inclusas no preço todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação no local especificado no **ANEXO I** deste edital, sem ônus para a Administração, tais como frete, tributos etc. (a omissão da declaração implica em automática aceitação destes termos).

6.6. Fazer menção ao Pregão;

6.7. Propostas apresentadas sem data serão consideradas emitidas para o dia marcado para abertura das propostas;

6.8. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

6.9. Quando se tratar de certame com julgamento por **lote ou global**, a não inclusão do preço unitário ou marca (quando for exigido marca) em qualquer dos itens que compõe o lote, ou em qualquer dos itens da planilha no caso de julgamento global, acarretará em desclassificação total do lote ou, no caso de preço global, de toda a proposta;

6.9.1. Exclui-se desta previsão quando o julgamento por **lote ou global** for através de maior desconto.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

6.10. Em certames com julgamento por **lote** ou **global**, a readequação do valor inicial em relação ao valor final deverá ocorrer sendo utilizado um desconto proporcional ponderado a cada item, a fim de que este tenha em seu valor unitário o desconto compatível com a oferta global final;

6.11. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

**6.12. Além da proposta escrita, a mesma poderá ser entregue de forma digital da seguinte forma:**

**6.12.1. A proposta deverá ser apresentada em pen drive (mídias suportadas pelo computador do setor de licitações) em modelo e formatação digital próprio, com o mesmo conteúdo da proposta impressa, para agilizar o processo de apuração dos preços pelo sistema de compras do Município de Pedras Grandes.**

6.12.2. Para isto, baixar a última versão do programa “Compras-Auto Cotação” disponibilizado no link <http://download.betha.com.br/index.jsp>, instalar em sua máquina, então executá-lo, ir até o menu “Arquivo -> Dados do fornecedor” e informar TODOS os campos com as informações de sua empresa, após feito isso, ir no menu “Arquivo -> Abrir” e selecionar o arquivo com extensão “.cot” que foi retirado junto deste edital.

6.12.3. Aparecerão então as informações do Pregão, os itens com suas descrições, quantidades, preços máximos, etc. Basta digitar as marcas (obrigatório) dos produtos, preço unitários e observações que se fizerem necessárias, SALVAR este mesmo arquivo com extensão “.cot” e apresentá-lo junto da proposta em Pen Drive ou cd/dvd.

6.12.4. Caso o licitante já tenha o sistema instalado, deverá verificar se está na última versão, do contrário poderão ocorrer problemas na hora da leitura do arquivo.

6.12.5. A proposta escrita com todos os dados e assinaturas é obrigatório, mesmo que também for apresentada na forma digital.

**7. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº. 02**

7.1. A documentação de habilitação deverá estar disponível para entrega no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, em envelope separado, lacrado, rubricado, contendo os seguintes dizeres:

**AO MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES / SC**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2025**

**HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02**

**<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO>**

**7.2. Para a habilitação exigirá-se dos interessados a documentação relativa a:**

7.2.1. habilitação jurídica;

7.2.2. regularidade fiscal e trabalhista;

7.2.3. qualificação econômico-financeira;

7.2.4. qualificação técnica;

7.2.5. declarações.

**7.3. Documentos para fins da habilitação jurídica:**

7.3.1. registro comercial, no caso de empresa individual;



7.3.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.3.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.3.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

7.3.6. Os documentos de constituição do licitante que forem apresentados deverão ser os que estão vigentes na data de entrega das propostas.

7.3.7. Apresentar **documento de identidade** em que conste a assinatura dos sócios e dos procuradores/credenciados que assinarem qualquer documento emitido, apenas para fins de comparação das assinaturas. Caso no próprio contrato social/documento de constituição ou outro documento legal conste a assinatura para comparação, não há necessidade de apresentação do documento de identidade.

7.3.8. Os documentos relacionados **no subitem "7.3.1 até 7.3.7"** não precisarão constar no "Envelope de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados.

#### **7.4. Documentos para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:**

7.4.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ("Cartão CNPJ" emitido pela receita federal), comprovando o licitante estar estabelecido para execução do objeto;

7.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, do domicílio ou sede do licitante, através de Certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal, relativo a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e dos Encargos Sociais instituídos por lei.

7.4.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, (Certidão de Débitos Tributários).

7.4.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante;

7.4.5. Prova de regularidade para com o **FGTS** do licitante, através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, com validade em vigor, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, ou, se não for empregador e não apresentar a certidão, deverá apresentar declaração nestes termos;

7.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho do licitante, mediante a apresentação de **certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**.

#### **7.5. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:**

7.5.1. Apresentar **certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência)**.

#### **7.6. Qualificação técnica:**

7.6.1. Comprovação de aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação;



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

7.6.2. Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove já ter executado serviços de natureza da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

7.6.3. Licenças, registros ou autorizações, quando exigíveis, tais como:

- licença de operação ambiental (quando aplicável ao serviço de esgotamento e limpeza dos banheiros químicos)

- cadastro junto ao órgão ambiental competente para transporte e descarte de resíduos sanitários;

- alvará de funcionamento atualizado;

7.6.4. O licitante deverá anexar declaração contendo o endereço atualizado de sua sede ou base operacional, acompanhado de comprovante de localização ( por exemplo, captura de tela da distância geográfica calculada por meio de ferramenta de geolocalização, como o google maps), comprovando que a sede ou base operacional da empresa está localizada a , no máximo, 60 km de distância dos limites do território do Município, onde serão realizados os evntos que demandarão a utilização dos materiais e serviços a serem contratados.

### **7.7. Das declarações:**

7.7.1. Apresentar **DECLARAÇÃO UNIFICADA** conforme modelo constante no **ANEXO VI**.

7.7.2. O licitante poderá fazer as declarações separadamente, desde que contenha todo o exigido na **DECLARAÇÃO UNIFICADA**, porém recomenda-se o uso da **DECLARAÇÃO UNIFICADA**, uma vez que o licitante não corre o risco de esquecer de declarar algo exigido.

7.7.3. Algumas das declarações referentes as exigências da **qualificação técnica** podem não estar constantes no modelo de **DECLARAÇÃO UNIFICADA** e, **caso não estejam, precisam ser declaradas separadamente.**

### **7.8. Das empresas em consórcio:**

7.8.1. Quando não vedada a participação de consórcio de empresas, deverão indicar a empresa líder e apresentar os documentos acima relacionados em nome de cada consorciado, além de:

7.8.1.1. Apresentar comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

7.8.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, os requisitos de habilitação econômico-financeira apresentados **deverão ser 30 % maiores** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.8.3. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

### **7.9. Disposições gerais da habilitação:**

7.9.1. Os documentos apresentados **deverão estar em plena validade na data final para apresentação das propostas.**

7.9.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

7.9.2.1. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que na data final para



apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação ou de inabilitação, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

7.9.2.2. A sessão não será suspensa para que licitantes ausentes que por ventura se saírem vencedores, seja em que data for, apresentem sua habilitação, sob pena de inabilitação, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

7.9.3. Sob pena de inabilitação, se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e, se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

7.9.4. Os documentos apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de **90 (noventa) dias** contados a partir da data de sua emissão. Estão excluídos da presunção deste item, os atestados de capacidade técnica ou responsabilidade técnica e aqueles documentos que por sua natureza sejam incompatíveis com exigência de prazo de validade.

7.9.5. Documentos assinados por representante legal **não participante do quadro societário** deverão sempre ser apresentados em conjunto com procuração, podendo ser apenas procuração simples, já que o próprio pregoeiro fará a verificação das assinaturas constantes no documento de constituição do licitante.

7.9.6. O licitante é o único responsável pelos documentos apresentados para sua participação neste certame licitatório, por isso, responde civil, administrativa e criminalmente pela fidedignidade e exatidão de todos os documentos apresentados.

7.9.7. Todos os documentos apresentados em qualquer etapa deste processo deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por funcionário do departamento de licitações do Município, ou publicação em órgão da imprensa oficial. **No caso de autenticação por funcionário do departamento de licitações, preferencialmente os documentos devem ser autenticados antes da sessão.**

7.9.7.1. Serão considerados como cópias simples, eventuais documentos assinados por certificado digital que forem impressos em papel, caso não contenham link para conferência de sua autenticidade online, neste caso será necessário apresentá-los em formato digital para conferência.

## **8. DO MODO DE DISPUTA E DA SESSÃO**

8.1. A sessão do pregão será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste edital, sendo recomendável a presença dos participantes 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para a sua abertura. Após a abertura da sessão, não serão mais admitidos novos licitantes, e o certame desenvolver-se-á conforme segue:

8.2. Será feita a identificação e credenciamento de um representante por licitante, que deverá apresentar os documentos exigidos no **item 4** deste edital e, recebimento do documento exigido no **item 5** pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados que desejarem usar os benefícios da LC 123/2006.

8.2.1. Os documentos de credenciamento passarão a compor o processo.

8.3. Serão recebidos os envelopes "Proposta" de preços dos licitantes.

8.4. Serão abertos os envelopes "proposta" e leitura dos preços cotados.

8.5. Será realizada análise das propostas iniciais, desclassificação das que estejam em desacordo com o solicitado no Edital e classificação das que estejam em consonância com o exigido, em seguida irá se iniciar a fase de disputa.

8.6. Será adotado o modo de disputa "**aberto**", da seguinte forma:



8.6.1. Serão classificados para a etapa da disputa aberta, para apresentação de lances, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

8.6.1.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições acima, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos na disputa aberta.

8.6.2. Os licitantes classificados nas formas acima, apresentarão lances públicos e sucessivos, por um período de **até 5 (cinco) minutos**, que poderá ser estendido pelo pregoeiro, a seu critério.

8.6.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

8.6.3.1. Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

8.6.4. Encerrada a fase de lances serão ordenados e divulgados os lances.

8.7. Os lances serão realizados de forma crescente quando adotado o critério de julgamento por menor preço ou decrescente quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **não terá valor mínimo exigido, ficando a critério de cada licitante**.

8.8.1. O pregoeiro poderá ajustar o valor mínimo estabelecido acima durante a fase de lances caso perceba que a diferença nos valores dos lances estão muito pequenas e a disputa esteja se estendendo por muito tempo.

8.9. Caso não sejam ofertados lances verbais, serão verificados os valores constantes entre as propostas escritas.

8.10. Poderá ser realizada negociação direta com o licitante de menor preço, para a obtenção de melhor proposta, se for o caso.

8.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11.1. Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados conforme **item 5** deste edital.

8.12. Serão verificadas as condições de habilitação do licitante que apresentar a proposta vencedora, passando para a análise da subsequente, observada a ordem de classificação, caso o primeiro não atenda às exigências de habilitação, até a apuração de proposta que atenda às condições exigidas.

8.13. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, que deverá constar expressamente no edital, será antes realizada a verificação da habilitação para somente depois proceder com a fase de disputa e julgamento das propostas.

8.14. Serão vistas e rubricadas, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes.

8.15. Será finalizada e realizada assinatura da ata da reunião pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelos representantes dos licitantes.

8.16. Caso houver manifestação de recurso, aguardar-se-á os prazos respectivos.

8.17. Os autos serão encaminhados a autoridade competente para proceder com a Adjudicação do objeto ao vencedor.



8.18. No caso da sessão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes apresentados, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

## 9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

9.1. Para julgamento será adotado o critério de **menor preço por item conforme preâmbulo deste edital**, observado o prazo para fornecimento e demais especificações definidas no **Anexo I** deste edital.

9.2. O Pregoeiro anunciará o vencedor e detentor da melhor proposta, imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação para que seja obtido melhor preço e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.3. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências para habilitação, o agente examinará a proposta, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda ao Edital.

9.4. No caso de serviços de engenharia, **serão consideradas inexecutáveis** as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.5. Em qualquer caso, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, única e exclusivamente a critério da Administração, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.5.1. Neste caso, a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, solicitando os seguintes documentos para comprovação:

9.5.1.1. Planilhas de custo que expressem de forma detalhada todos os custos envolvidos na entrega do material/equipamento ou na execução do serviço, que ao final demonstrem o seu custo unitário. Também podem ser apresentadas notas fiscais, outras contratações com outros órgãos públicos, ou algum outro documento idôneo que demonstrem o seu custo unitário. Os documentos apresentados devem estar em execução ou concluídos no período de até 1 (um) ano anterior à data da proposta.

9.5.1.2. Em qualquer caso, deve ser comprovado que o custo do licitante não ultrapassa o valor da proposta, ou que comprovadamente, existam custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.6. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante declarado vencedor poderá ser convocado a apresentar no prazo de no **mínimo de 24 (vinte e quatro) horas**, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), além do cronograma físico financeiro, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.7. Deverá ser observado o **Termo de Referência – Anexo I deste edital**, pois lá poderão constar mais detalhes sobre o critério de julgamento em específico ao objeto ora licitado.

## 10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório, onde a petição será decidida em até **3 (três) dias úteis**.



10.1.1. A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

10.2. Caberá recurso em face do juízo das propostas, ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

10.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões será de até **3 (três) dias úteis**, sendo iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento.

10.2.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

10.2.3. Interposto, o recurso será divulgado, para apresentação de contrarrazões dos que desejarem no prazo de até **3 (três) dias úteis** a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.2.4. Para efeitos de **contagem do início dos prazos para apresentação de recursos e contrarrazões**, as atas das seções realizadas e os recursos quando recebidos são sempre divulgados no mesmo dia no site <https://www.pedrasgrandes.sc.gov.br/>, desta forma, poderá não haver intimação pessoal para apresentação do recurso ou das contrarrazões, cabendo ao licitante averiguar no site a ata ou o recurso interposto e proceder com seu direito de petição, sobretudo quando seu representante se ausentou da sessão antes do término.

10.2.5. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.4. É vedada a utilização de recurso ou de impugnações como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento deste edital. Identificado tal comportamento, poderá ser arquivado sumariamente os expedientes e, se for o caso, propor a aplicação ao autor às sanções cabíveis.

10.5. Também caberá recurso em face da anulação ou revogação da licitação, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou publicação do ato.

10.6. Os memoriais dos recursos e contrarrazões, assim como pedidos de esclarecimento e impugnações deverão ser protocolados no Setor de Licitações, (sede da Prefeitura) ou pelo e-mail [licitacaopmpg@gmail.com](mailto:licitacaopmpg@gmail.com), do os assuntos tanto dos esclarecimentos/impugnações quanto dos recursos forem de natureza técnica ou exigências constantes no termo de referência, como descrições de itens por exemplo, o assunto será direcionado a área requisitante da licitação, responsável pela formulação do termo.

10.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento;

10.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

## 11. DAS SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

### 11.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

12.1.1. não entregar qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo agente durante o certame; ou entregar em desacordo qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo agente durante o certame;

11.1.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

### 11.2. fazer declaração falsa ou apresentar documento falso para o certame:

11.2.1. prestar informações falsas; ou apresentar documentação com informações inverídicas;



11.2.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes /SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

**11.3. ensinar o retardamento da execução do certame:**

11.3.1. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; não comprovar os requisitos de habilitação; ou praticar qualquer ação, ou se omitir, de modo que prejudique o bom andamento do certame;

11.3.2 pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

**11.4. não manter a proposta:**

11.4.1. não enviar a proposta; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; e comportar-se de maneira inidônea ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal 12.846/2013:

11.4.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

**11.5 comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:**

11.5.1. frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; ou realizar atos como os descritos no art. 156, IV, § 5º da Lei n. 14.133/2021.

11.5.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

**11.6. cometer fraude de qualquer natureza:**

11.6.1 pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

**11.7. não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital ou não retirar/assinar/não der recebimento ao respectivo instrumento contratual:**

12.7.1. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do item de contratação.

**11.8. dar causa à inexecução parcial e/ou total do contrato:**

11.8.1. atraso injustificado no fornecimento do objeto nos prazos estabelecidos no certame, sendo considerado inexecução total do contrato após decorridos 15 (quinze) dias do atraso.

11.8.2. pena: advertência; impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos. Multa de **1% (um por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)** do valor empenhado, sendo considerado inexecução parcial do contrato. Para o caso de inexecução total do contrato, além da multa relacionada acima, **multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato.

11.9. Além das penalidades acima, os licitantes ficarão sujeitos ao cancelamento de sua inscrição no cadastro do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021.

11.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.



## 12. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.2. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, prevista no art. 12.4. inciso II, alínea "d" da lei 14.133/2021, somente será concedida se devidamente comprovada a variação de preços e após análise da administração, num prazo de **até 15 dias**.

12.3. Apenas notas fiscais de fornecedores da contratada não garantem o direito à solicitação requerida, todavia contribuem para demonstrar o impacto. Assim sendo, o fornecedor deverá trazer justificativas suficientes para demonstrar o fator de desequilíbrio. A caracterização do desequilíbrio “deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato.” Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara.

12.4. Em outros termos, para demonstrar uma situação de desequilíbrio é necessário recorrer às notícias na mídia, aos pareceres de especialistas no setor impactado e qualquer outro documento ou fonte que permita comparar a situação habitual com a excepcional.

## 13. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13

13.1. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Pedras Grandes.

13.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.2. A Ata de Registro de Preços será formalizada, com o fornecedor primeiro classificado.

13.2.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato/ata nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 19.2.1., a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.3. A recusa injustificada do licitante primeiro colocado em atender o disposto no item 19.1, dentro do prazo estabelecido, o sujeitará às penalidades previstas neste Edital, na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 149/22.

13.4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.



13.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento ou outro instrumento equivalente.

13.5.1. Nos casos em que for emitida nota de empenho/autorização de fornecimento/ordem de serviço, a contratada reconhece que o referido documento está substituindo o contrato, vinculando da mesma forma sua proposta e sujeitando-se a todas as previsões e exigências contidas neste Edital.

13.5.2. Na formalização do contrato ou documento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato, além de verificada a idoneidade do licitante através de consulta consolidada junto ao TCU em <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

#### 14. DAS ALTERAÇÕES E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 149/22.

14.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.2. O fornecedor poderá ter seu registro cancelado, de acordo com as disposições constantes na Lei Federal 14.133/21.

14.3. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

#### 14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, preferencialmente de modo eletrônico via e-mail com assinatura digital.

14.1.1. Nos casos em que for emitida nota de empenho/autorização de fornecimento/ordem de serviço, a contratada reconhece que o referido documento está substituindo o contrato, vinculando da mesma forma sua proposta e sujeitando-se a todas as previsões e exigências contidas neste Edital.

14.1.2. A recusa injustificada do vencedor em assinar o contrato ou documento equivalente dentro do prazo ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.

14.2. Na formalização do contrato ou documento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato, além de verificada a idoneidade do licitante através de consulta consolidada junto ao TCU em <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

14.3. Na hipótese do vencedor não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou documento equivalente, assim como constar como inidôneo para contratar, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação,



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou documento equivalente.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Quaisquer adicionais esclarecimentos a respeito deste Edital poderão ser obtidos por **telefone (48) 35693000 ou presencialmente** no endereço do órgão constante no preâmbulo deste edital.

16.2. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro porventura julgar necessário;

16.3. A participação neste processo implica na aceitação integral e irrevogável das normas deste Edital, em especial seu **Termo de Referência - Anexo I**, assim como demais anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que o regem;

16.6. O Município reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo legal, consoante prevê a Lei nº. 14.133/2021, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba ao licitante, direito a indenização, seja a que título for;

16.7. O edital e seus anexos poderão ser retirados na sala de Licitações e Contratos na Prefeitura Municipal de Pedras Grandes (endereço no preâmbulo deste edital), em <https://www.pedrasgrandes.sc.gov.br/>, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em <https://www.gov.br/pncp/> ou solicitado junto ao endereço eletrônico [licitacaopmpg@gmail.com](mailto:licitacaopmpg@gmail.com).

16.7.1. A manutenção do inteiro teor do edital e seus anexos se dará pelo PNCP em <https://www.gov.br/pncp/>, bem como no sítio eletrônico oficial em <https://www.pedrasgrandes.sc.gov.br/>.

16.7.2. Os atos praticados no certame, avisos, etc, estarão disponíveis no portal da transparência em <https://www.pedrasgrandes.sc.gov.br/>.

17.8. É **DEVER** do bom licitante acompanhar a tramitação do processo e ficar a par dos atos praticados, dos avisos contidos, sobretudo os avisos de alteração de edital e alteração nas datas, etc, além das publicações legais na imprensa oficial.

16.9. As seções serão gravadas em áudio e vídeo, segundo exigência do § 2º do art. 17 da Lei 14.133/2021.

16.10. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos com fundamento nas disposições da legislação em vigor;

16.11. Fica eleito o foro de Tubarão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Licitação.

Pedras Grandes, 08 de Setembro de 2025.

---

**Agnaldo Filippi**  
**Prefeito municipal**

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO:**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada através de Pregão Eletrônico para Prestação de Serviços de Locação, Montagem e Desmontagem de tendas, pavilhões e banheiros químicos, incluindo transporte, manutenção e demais serviços necessários, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, durante o ano, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas:

<b>ITEM</b>	<b>DESCRICAÇÃO</b>	<b>UN. MEDI DA</b>	<b>QDE</b>	<b>VALOR MAXIMO</b>	<b>UN. MENOR PREÇO</b>
1	Locação de Pavilhão (500m <sup>2</sup> ), incluso, transporte, instalação e desinstalação, para Eventos durante o período contrato. Locação por demanda de Evento. Não há Evento específico.	Peça	10	R\$ 18.000,00	R\$ 180.000,00
1	Locação de Tendas 10x10 incluso, transporte, instalação e desinstalação, para Eventos durante o período contrato. Locação por demanda de Evento. Não há Evento específico.	Peça	100	R\$ 1.800,00	R\$ 180.000,00
1	Locação de Tendas 05x05 incluso, transporte, instalação e desinstalação, para Eventos durante o período contrato. Locação por demanda de Evento. Não há Evento específico.	Peça	50	R\$ 1.200,00	R\$ 60.000,00
1	Locação Banheiro Químico Portátil - Masculino, com 01 (uma) limpeza diária, no período da manhã, com sucção total dos dejetos, reposição de papel higiênico e limpeza, para Eventos durante o período contrato. Locação por demanda de Evento. Não há Evento específico	Peça	100	R\$ 300,00	R\$ 30.000,00



1	Locação Banheiro Químico Portátil - Feminino, com 01 (uma) limpeza diária, no período da manhã, com sucção total dos dejetos, reposição de papel higiênico e limpeza, para Eventos durante o período contrato. Locação por demanda de Evento. Não há Evento específico.	Peça	100	R\$ 300,00	R\$ 30.000,00
1	Locação Banheiro Químico Portátil - Modelo PNE (pessoa com necessidade especial), com 01 (uma) limpeza diária, no período da manhã, com sucção total dos dejetos, reposição de papel higiênico e limpeza, para Eventos durante o período contrato. Locação por demanda de Evento. Não há Evento específico.	Peça	50	R\$ 450,00	R\$ 22.500,00
1	Locação de Pia Sanitária Portátil - Lavatório Portátil - Lavatório Portátil Ecológico, Instalação e Desinstalação, para Eventos durante o período contrato. Locação por demanda de Evento. Não há Evento específico.	Peça	20	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 510.500,00</b>

Considerando as quantidades a serem contratadas o valor total ficará em R\$ 510.500,00 (Quinhentos e dez mil e quinhentos reais).

#### DA AQUISIÇÃO/SERVIÇOS:

2.1. A presente contratação tem por objeto a locação, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas temporárias, compreendendo tendas, pavilhões e banheiros químicos, de forma eventual e conforme demanda, com o objetivo de atender às necessidades da Prefeitura Municipal e suas respectivas Secretarias, em apoio à realização de diversos eventos institucionais, culturais, esportivos, educacionais, de saúde, sociais e comunitários, dentre outros.

2.2. A prestação dos serviços deverá incluir, obrigatoriamente:

- Transporte, entrega e retirada dos equipamentos no local indicado;
- Montagem e desmontagem completa das estruturas contratadas;
- Instalação adequada conforme normas técnicas de segurança;
- Manutenção preventiva e corretiva durante todo o período de locação;
- Fornecimento de banheiros químicos em perfeitas condições de uso, com limpeza regular e reposição de insumos (papel higiênico, desodorizadores, etc.);



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

- Estruturas (tendas e pavilhões) em bom estado de conservação, com resistência adequada às condições climáticas e características do evento;

2.3. A contratação será realizada por registro de preços, permitindo que os serviços sejam requisitados conforme a necessidade, durante o período de vigência do contrato, observadas as quantidades máximas estimadas e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### 3. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

3.1. A contratação de empresa especializada na locação de tendas, pavilhões e banheiros químicos justifica-se pela necessidade de atender de forma adequada, segura e eficiente às demandas da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, no que se refere à realização de eventos e atividades institucionais, culturais, educacionais, esportivas, de saúde, sociais, comunitárias e outras ações públicas que requerem estrutura física temporária.

Tais eventos, por sua natureza, demandam frequentemente a instalação de estruturas removíveis em espaços públicos ou privados que não dispõem da infraestrutura necessária, como áreas abertas, praças, ruas, escolas, unidades de saúde, entre outros. A locação permite à Administração Pública maior flexibilidade, agilidade e economicidade, evitando a necessidade de aquisição e armazenamento de equipamentos que são utilizados apenas de forma esporádica.

Além disso, a presença de banheiros químicos é indispensável para garantir condições mínimas de higiene, salubridade e acessibilidade, conforme exigências legais e sanitárias vigentes. Já as tendas e pavilhões asseguram a proteção dos participantes contra intempéries (sol, chuva, vento), proporcionando segurança e conforto ao público e às equipes envolvidas.

A contratação centralizada, por meio de licitação pública e em regime de registro de preços, permitirá o atendimento uniforme e planejado das necessidades das diversas Secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura, otimizando recursos e evitando contratações emergenciais ou fragmentadas.

Dessa forma, a presente contratação é imprescindível para garantir o adequado suporte logístico às ações governamentais voltadas à população, com foco na eficiência administrativa, qualidade do serviço público e cumprimento das obrigações institucionais do Município.

### 4. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

#### 4.1. DO PREÇO:

Os valores estimados desta contratação constam no item “4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES”. Para aferição dos valores estimados, foi utilizado e obedecido todo o art. 23 da Lei 14.133/2021, assim como todo o “CAPÍTULO VI - DA PESQUISA DE PREÇOS” do decreto municipal 149/2022 que regulamenta a Lei



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

Federal 14.133/2021 no âmbito deste município. Também foi analisada a legislação pertinente, como instruções normativas que tratam da forma de realização do levantamento de preços quando são utilizados recursos voluntários da União e/ou do Estado de Santa Catarina.

Foi utilizada a composição de custos unitários menores ou iguais à média do item correspondente no painel de preços do governo federal.

Foi utilizada a composição de custos unitários através de pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, sendo que nenhum orçamento com mais de 6 (seis) meses será utilizado. A razão da escolha da formação de preços por pesquisa direta com fornecedores se deu pelo fato de todas as empresas que forneceram os orçamentos são empresas do ramo ao objeto pretendido, adequadas ao fornecimento dos orçamentos para que se obtenha melhor alinhamento de valores estimados.

Dos preços obtidos, foi considerado o menor preço dos valores orçados para todos os itens. Na metodologia utilizada foram desconsiderados possíveis valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado. Os documentos utilizados encontram-se em anexo.

O objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a itens, unidades autônomas, ou mesmo com agrupamento por lotes, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

#### 4.2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A licitação configura procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa, caracterizando-se como ato administrativo formal, praticado pelo Gestor Público, em conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Com vistas nisso, o legislador infraconstitucional, para dar plena aplicabilidade do preceito constitucional supra, positivou em nosso ordenamento pátrio a nova Lei de Licitações nº. 14.133/21, a qual estabelece as diretrizes gerais a serem observadas pelo administrador público quando da realização de seus procedimentos de contratações, bem como entabula as possíveis modalidades de licitação que poderão ser adotadas na busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. No caso, optou-se pela modalidade licitatória pregão eletrônico, a qual possui sua regulamentação legal encampada na Lei nº. 14.133/21. O texto normativo disciplina em seu artigo 6º, inciso XLI, que o pregão é a modalidade destinada a aquisição de bens e serviços comuns, e o inciso XIII do mesmo normativo destaca que são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.



Em atendimento ao disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que as contratações deverão ser, preferencialmente, precedidas da divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, opta por realizar a divulgação e dar prosseguimento ao processo.

#### **4.2.1. JUSTIFICATIVA DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA**

A exigência de que a sede operacional ou base logística do fornecedor esteja situada em um raio de até 60 km do local de realização do (s) evento (s) encontra respaldo em critérios técnicos, logísticos e de interesse público, conforme detalhado a seguir:

##### **4.2.1.1. Garantia da Eficiência e Continuidade do Serviço**

Eventos públicos, especialmente os de médio e grande porte, demandam a instalação de estruturas temporárias como tendas, pavilhões e banheiros químicos, que devem estar plenamente funcionais dentro do prazo estipulado, com margem mínima para atrasos. A proximidade física do fornecedor ao local do evento reduz consideravelmente os riscos de atrasos na entrega, montagem, manutenção ou reposição de itens, o que impacta diretamente na eficiência e continuidade dos serviços públicos prestados à população.

##### **4.2.1.2. Rapidez no Atendimento a Ocorrências e Situações de Emergência**

Durante a execução do evento, pode haver necessidade de ajustes técnicos, manutenções corretivas ou substituições urgentes de equipamentos. Um fornecedor localizado em até 60 km de distância tem capacidade de resposta significativamente superior a empresas sediadas em localidades mais distantes, garantindo prontidão no atendimento a chamados emergenciais e a correção de não conformidades sem comprometer a realização do evento.

##### **4.2.1.3. Mitigação de Riscos Logísticos e Operacionais**

Distâncias maiores elevam o risco de intercorrências logísticas, como falhas mecânicas em veículos de transporte, imprevistos rodoviários, variações climáticas, entre outros fatores que podem impactar negativamente a execução do contrato. A limitação da distância contribui para a mitigação de riscos operacionais, em linha com os princípios da razoabilidade e da precaução na gestão contratual.

##### **4.2.1.4. Facilidade de Fiscalização pela Administração Pública**

A proximidade entre fornecedor e local de prestação do serviço também favorece a fiscalização da execução contratual por parte da administração, tanto durante a entrega e montagem quanto em eventuais vistorias posteriores. Isso está em conformidade com o princípio da eficiência (art. 37 da Constituição Federal), bem como com os deveres de controle e monitoramento dos contratos administrativos.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

#### **5. DA HABILITAÇÃO/REGULARIDADE DA EMPRESA:**

- 5.1. Quanto a regularidade para a contratação, a lei 14.133/2021 cita o rol de documentos necessários para comprovação, que será o disposto no art. 62.
- 5.2. Sendo assim, caberá ao agente de contratação a verificação da regularidade da empresa, com a documentação mínima que deverá ser apresentada, conforme segue:
  - I – Habilitação jurídica;
  - II – Regularidade fiscal, social e trabalhista;
  - III – Habilitação econômico-financeira;
  - IV – Qualificação técnica;
  - V – Declarações.

#### **5.3 HABILITAÇÕES JURÍDICA:**

- 5.3.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 5.3.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 5.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 5.3.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

#### **5.4 REGULARIDADES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- 5.4.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do participante;
- 5.4.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- 5.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do participante, através de Certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal, relativo a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e dos Encargos Sociais instituídos por lei.
- 5.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do participante, (Certidão de Débitos Tributários).
- 5.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do participante;
- 5.4.6. Prova de regularidade para com o FGTS do participante, através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, com validade em vigor, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 5.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho do participante, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

## 5.5 HABILITAÇÕES ECONÔMICA-FINANCEIRA

- 5.5.1. Apresentar certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida tanto pelo sistema “E-PROC” quanto pelo sistema “E-SAJ” do Poder Judiciário de Santa Catarina no caso de participantes sediados em Santa Catarina, caso contrário não terão validade. Participantes de outros estados apresentarão a referida certidão de acordo com o Tribunal de Justiça ou cartório distribuidor correspondente ao seu Estado.

## 5.6 QUALIFICAÇÕES TÉCNICA

- 5.6.1. Comprovação de aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa.
- 5.6.2. Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove já ter executado serviços de natureza da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 5.6.3. Licenças, registros ou autorizações, quando exigíveis, tais como:
- Licença de operação ambiental (quando aplicável ao serviço de esgotamento e limpeza dos banheiros químicos);
  - Cadastro junto ao órgão ambiental competente para transporte e descarte de resíduos sanitários;
  - Alvará de funcionamento atualizado.



5.6.4. O licitante deverá anexar declaração contendo o endereço atualizado de sua sede ou base operacional, acompanhado de comprovante de localização (por exemplo, captura de tela da distância geográfica calculada por meio de ferramenta de geolocalização, como o Google Maps), comprovando que a sede ou base operacional da empresa está localizada a, no máximo, 60 km de distância dos limites do território do município, onde serão realizados os eventos que demandarão a utilização dos materiais e serviços contratados.

## 5.7 DAS DECLARAÇÕES

5.7.1. Apresentar DECLARAÇÃO UNIFICADA conforme modelo constante no ANEXO I.

5.7.2. A participante poderá fazer as declarações separadamente, desde que contenha todo o exigido na DECLARAÇÃO UNIFICADA, porém recomenda-se o uso da DECLARAÇÃO UNIFICADA, uma vez que a participante não corre o risco de esquecer de declarar algo exigido. (Quando exigido)

## 6. DAS DOTAÇÃO ORÇAMENTARIAS

As despesas decorrentes da contratação, objeto do presente processo serão acobertadas pelas dotações orçamentárias da respectiva secretaria conforme sua demanda.

Complemento do elemento: Complemento do Elemento: 3.3.90.39.22 – exposições, congressos e conferências. – registra o valor das despesas com materiais de consumo para aplicação, manutenção e reposição de qualquer bem público.

## 7. LOCAL E PRAZO DO FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Os objetos contratados deverão estar no local da realização do evento no mínimo 01(um) dia antes do evento e desmontados 01 (um) dia após o evento, sendo o transporte incumbência do contrato.

7.2. Em caso de problema com algum dos objetos, o mesmo deverá ser substituído imediatamente, correndo as despesas por conta do contratado.

7.2. Na locação dos banheiros químicos, está inclusa 1(uma) manutenção diária dos mesmos.

7.3. A solicitação dos serviços e equipamentos (tendas, pavilhões, banheiros químicos e demais itens contratados) será realizada pela contratante com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos da data prevista para o evento. O fornecedor deverá garantir a entrega, montagem, instalação e plena disponibilidade de uso de todos os itens solicitados até a data e horário estipulados pela contratante,



independentemente das condições climáticas ou logísticas, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato.

## 8. DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após emissão do documento fiscal, por crédito bancário, devendo constar no documento fiscal correspondente, número da autorização de fornecimento, o número do banco, da agência e da conta corrente onde deseja receber seu crédito.
- 8.2. A nota fiscal apresentada com erro será devolvida para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data de devolução e a da reapresentação.
- 8.3. Se o objeto não for entregue conforme especificações e quantidades estabelecidas nas autorizações de fornecimento (AF's), o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.
- 8.4. A CONTRATADA deverá informar no documento fiscal correspondente o valor do IR e contribuições a serem retidas na operação, e caso for amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero, deverá informar comunicar imediatamente o Município.
- 8.5. O não atendimento sujeita a contratada à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço, conforme In 1234/2012 e 2145/23.

## 9. DO CONTRATO

- 9.1. Esta contratação não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a rescisão do contrato ocorrer nos termos do art. 137 da lei nº 14.133/2021. A contratação será regida pela lei nº 14.133/2021, e pelas disposições do Código Civil.
- 9.2. Para formalização do contrato, o setor de compras e contratos efetuará consulta da idoneidade da empresa junto ao CNEP e CEIS, cfe previsão no § 4º do art. 91 da lei federal 14.133/2021, preferencialmente emitindo a negativa consolidada do TCU que abrange mais consultas de idoneidade além das já previstas em lei.

## 10. DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidor formalmente designado, sendo, para cada demanda específica, de responsabilidade do Secretário da pasta municipal solicitante, ou outro servidor designado por este, conforme portaria emitida e assinada pela autoridade competente.
- 10.2. O (s) servidor (es) designado (s) terão autonomia para:



- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados;
- Receber o objeto licitado que esteja em conformidade com as especificações da Ordem de Fornecimento/Serviço;
- Rejeitar total ou parcialmente quaisquer itens ou serviços que não estejam de acordo com os termos do contrato, do Termo de Referência e da solicitação específica.

10.3. A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela correta execução do objeto contratual, conforme previsto na legislação vigente.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Prestar os serviços contratados com qualidade, pontualidade, eficiência e segurança, atendendo integralmente às especificações constantes neste Termo de Referência, no contrato e nas ordens de fornecimento emitidas pela Administração.
- 11.2. Disponibilizar os equipamentos (tendas, pavilhões e banheiros químicos) em perfeito estado de conservação, funcionamento e higiene, devidamente higienizados, com manutenção adequada durante todo o período de locação.
- 11.3. Proceder à entrega, montagem, manutenção e desmontagem das estruturas locadas nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos para cada evento ou solicitação.
- 11.4. Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente identificada e equipada com EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), para execução das atividades de montagem, desmontagem e manutenção.
- 11.5. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Pedras Grandes;
- 11.6. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência do Município de Pedras Grandes.
- 11.7. Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente instrumento.
- 11.8. Realizar, nos banheiros químicos, os serviços de:
  - Limpeza periódica (mínimo conforme normas sanitárias e conforme cronograma de cada evento);
  - Reposição de insumos (papel higiênico, desodorizador, entre outros);



- Coleta e destinação adequada dos resíduos, em conformidade com as normas ambientais e sanitárias vigentes.

11.9. Observar e seguir todas as normas técnicas, de segurança, ambientais e sanitárias aplicáveis, inclusive quanto à estabilidade das estruturas montadas e ao uso de materiais antichamas.

11.10. Apresentar, quando solicitado, comprovação da destinação adequada dos resíduos sanitários provenientes dos banheiros químicos.

11.11. Reparar, substituir ou corrigir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, quaisquer itens ou serviços executados em desacordo com as especificações contratuais ou que apresentem falhas, defeitos ou vícios.

11.12. Responder por quaisquer danos causados ao patrimônio público, a terceiros ou ao meio ambiente, decorrentes da execução dos serviços contratados, devendo promover a imediata reparação, sem ônus para a Administração.

11.13. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.14. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental, de segurança do trabalho e demais normas aplicáveis à execução dos serviços.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Convocar a empresa, para assinar termo de contrato ou documento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação;

12.2. Fornecer à empresa a ser contratada, bem como aos empregados responsáveis pela entrega do objeto, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

12.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos;

12.4. Notificar por escrito, à empresa a ser contratada, toda e qualquer irregularidade constatada no recebimento do objeto;

12.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela (s) contratada (s), bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando contratada;

12.6. Providenciar as publicações legais exigidas em lei para todos os atos referentes ao processo.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

Pedras Grandes / SC, 01 de setembro de 2025.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente  
**FLAVIA GOULART**  
Data: 05/09/2025 08:31:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Flavia Goulart**  
**Chefe de Gabinete**



Documento assinado digitalmente  
**ELISANGELA FORNASA**  
Data: 04/09/2025 08:10:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Elisangela Fornasa**  
**Assessora Administrativa Responsável pela elaboração do TR**

**ANEXO II**  
**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Ao Pregoeiro e equipe de apoio.  
Município de Pedras Grandes/SC.  
**Pregão n° 25/2025.**

Pelo presente instrumento, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n° **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do CPF n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, credencia:

O(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do CPF n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, a participar de licitação instaurada pelo Município de Pedras Grandes/SC, através do edital em epígrafe, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, ofertar lances verbais, manifestar intenção de recorrer administrativamente, renunciar direitos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

/SC, XX de XXXXXXXXXXXX de 2025.

---

<Nome e assinatura do outorgante>

(Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.)

### ANEXO III

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Ao Pregoeiro e equipe de apoio.  
Município de Pedras Grandes/SC.  
**Pregão n° 25/2025.**

Pelo presente instrumento, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ n° XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX,

**DECLARA**, que **cumpr** plenamente os requisitos de **HABILITAÇÃO** exigidos para participação neste processo, estabelecidos no presente edital e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos, podendo responder administrativa, civil e criminalmente pela fidelidade das informações e documentos apresentados.

**DECLARA**, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto neste Edital, na Lei 14.133/2021 e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

**Pedras Grandes/SC, XX de XXXXXXXXXXXX de 2025.**



Assinatura do Representante legal

(Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.)

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA (PODERÁ SER USADO MODELO PRÓPRIO) E CONTER TODOS OS DADOS DA EMPRESA.**

<b>Proposta</b> ao Pregão Presencial nº <b>XXX / 20XX.</b>		
Objeto: <b>XX.</b>		
Razão Social:	CNPJ:	
Endereço:		
Fone/Fax:		
E-mail:		
<b>Dados Bancários:</b>		
Nome do Banco:	Agência nº:	Conta nº:

Descrições itens conforme tabela descrita nesse termo.

Total por extenso: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Declaramos** que a **proposta apresentada** compreende todas as despesas necessárias à entrega do objeto, inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

**Validade da proposta:** **XXXXXXX** dias.

**Observações:** (citar observações que se fizerem necessárias)

**Pedras Grandes / SC, XX de XXXXXXXXX de 2025.**

Nome representante legal/ CPF nº: **XXXXXXXXXX**

Carimbo da empresa.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

**(A impressão da proposta pode simplesmente ser feita utilizando-se do sistema “Betha Auto Cotação”, sendo desnecessário utilizar este modelo, desde que contenha todas as informações pertinentes conforme edital).**

(Este documento deverá ser entregue no envelope 01 - proposta)

#### ANEXO V

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ao Pregoeiro e equipe de apoio.  
Município de Pedras Grandes/SC.  
**Pregão n° 25/2025.**

Pelo presente instrumento, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n° **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do CPF n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**,

**Declara**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, **que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno ou equiparado**, nos termos da Lei complementar n° 123/2006 e suas alterações, bem como inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, assim como em atendimento ao disposto nos § 2º e § 3º do art. 4 da Lei 14.133/2021, declara que no ano-calendário de realização deste processo **ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

**Pedras Grandes / SC, XX de XXXXXXXX de 2025.**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal  
(Nome Legível/Cargo)

(Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes)

#### ANEXO VI

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

Ao Pregoeiro e equipe de apoio.  
Município de Pedras Grandes/SC.

**Pregão n° xx/2025**

Pelo presente instrumento, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n° **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do CPF n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**,

1. Declaramos que a **proposta apresentada neste processo** compreende todas as despesas necessárias à entrega do objeto, inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
2. Declaramos, para os fins do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e o inciso VI do art. 68 da Lei n° 14.133/2021**, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.
3. Declaramos, para os devidos fins que cumprimos as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.
4. Declaramos, para os devidos fins que até a presente data **inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação** no presente processo, inclusive **não fomos declarados inidôneos** por nenhum órgão público de qualquer esfera do governo, estando aptos a contratar com o poder público.
5. Declaramos, para os devidos fins que **não possuímos entre os sócios, dirigentes ou administradores, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau**, assim como estamos cientes que caso sejamos contratados pela administração, durante a vigência do contrato, não poderemos **contratar** pessoa física **ou subcontratar** pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes, possuírem vínculos nos mesmos termos declarados neste item.
6. Declaramos, para os devidos fins que **não estamos enquadrados nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o Art. 14 da Lei Federal N° 14.133/2021**.
7. Declaramos, para os devidos fins que **preenchemos plenamente os requisitos de habilitação** exigidos para participação neste processo, estabelecidos no presente edital e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos, podendo responder administrativa, civil e criminalmente pela fidelidade das informações e documentos apresentados.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

8. Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.**

9. Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios/dispensa de licitação, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Portador(a) do CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, cuja função/cargo é **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do instrumento de contrato ou documento equivalente, caso sejamos vencedores do certame.**

10. Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o contrato ou documento equivalente** seja encaminhado para o seguinte endereço:

11. Declaramos para os devidos fins que a empresa xxx, está situada numa distância de 7 km, da sede da Prefeitura Municipal de Pedras Grandes/SC, no endereço xxxx..

**E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX**

**Telefone: (XX) XXXXXXXX**

**Poderá ser enviado para assinatura utilizando certificado digital: ( ) Sim ( ) Não**

11. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Setor de Compras deste município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Dessa forma, encontra-se apta à perfeita execução do objeto proposto. Sendo isto o que havia a declarar.

**Pedras Grandes / SC, XX de XXXXXXXX de 2025.**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal  
(Nome Legível/Cargo)

(Este documento deverá ser entregue no envelope 02 - habilitação)



## ANEXO VII

### MINUTA DO CONTRATO Nº XXX /2025

Contrato de que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Pedras Grandes, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.928.680/0001-72, com endereço na Rua José Marcon, nº 311, Bairro Centro, Município Pedras Grandes/SC, neste ato devidamente representada pelo Sr. Prefeito Municipal, o **Sr. AGNALDO FILIPPI**, portador da cédula de identidade nº XXX e CPF nº XXXX, doravante denominado de CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede no Município de XXX/XX, na XXXX, s/n.º inscrita no CNPJ/MF número XX, devidamente representado pela Sra. XXXX, portador da cédula de identidade nº XX e CPF nº XXXX, denominado de CONTRATADO, consubstanciado no Processo Licitatório nº XX/2025, Pregão Presencial nº xx/2025, homologado no dia xx/xx/2025 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021, que tem entre si justo e contratado o que a seguir está descrito nas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula Primeira – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a “ Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de tendas, pavilhões e banheiros químicos, incluindo transporte, a manutenção e demais serviços necessários, para atender as demandas da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, especificações conforme Termo de Referência, anexo do edital.”, conforme especificações técnicas e maiores detalhes constantes no **ANEXO I - Termo de Referência** e minuta do contrato, vinculados a este edital.

1.1.2. A presente contratação tem por objeto a locação, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas temporárias, compreendendo tendas, pavilhões e banheiros químicos, de forma eventual e conforme demanda, com o objetivo de atender as necessidades da Prefeitura Municipal e suas respectivas Secretarias, em apoio à realização de diversos eventos institucionais, culturais, esportivos, educacionais, de saúde, sociais e comunitários, dentre outros.

1.2. A prestação dos serviços deverá incluir, obrigatoriamente:

- a) transporte, entrega e retirada dos equipamentos no local indicado;
- b) Montagem e desmontagem completa das estruturas contratadas;
- c) Instalação adequada conforme normas técnicas de segurança;
- d) manutenção preventiva e corretiva durante todo o período de locação;
- e) Fornecimento de banheiros químicos em perfeitas condições de uso, com limpeza regular e reposição de insumos (papel higiênico, desodorizadores, etc.)
- f) estruturas (tendas e pavilhões) em bom estado de conservação, com resistência adequada às condições climáticas e características do evento;

#### **Cláusula Segunda – DA VIGÊNCIA**

2.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, prorrogáveis por igual período, permitida a negociação ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes. Previsão de renovação utilizando-se o INPC/IBGE ou IPCA acumulado no período (o de menor variação), se for o caso.

#### **Cláusula Terceira – DO PREÇO**



3.1. O preço global para os itens citados no seu objeto é de **R\$ XXXXXXXXX (XX)** conforme descrito na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QTDE	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
<b>Total</b>					

3.2. O valor acima se refere a uma estimativa de consumo, sendo que poderá não ser utilizado na íntegra para contratações parceladas.

3.3. O preço contratado não poderá ser reajustado antes de decorridos **12 (doze) meses** a partir da data-base do orçamento estimado.

3.4. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, prevista no art. 124, inciso II, alínea "d" da lei 14.133/2021, somente será concedida se devidamente comprovada a variação de preços e após análise da administração, num prazo de **até 15 dias**.

3.4.1. Apenas notas fiscais de fornecedores da contratada não garantem o direito à solicitação requerida, todavia contribuem para demonstrar o impacto. Assim sendo, o fornecedor deverá trazer justificativas suficientes para demonstrar o fator de desequilíbrio. A caracterização do desequilíbrio "deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato." Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara.

3.4.2. Em outros termos, para demonstrar uma situação de desequilíbrio é necessário recorrer às notícias na mídia, aos pareceres de especialistas no setor impactado e qualquer outro documento ou fonte que permita comparar a situação habitual com a excepcional.

3.4.3. Se a solicitação for realizada APÓS a emissão da autorização de fornecimento/empenho, o preço realinhado, caso aprovado, somente vigorará a partir das próximas autorizações/empenhos.

#### **Cláusula Quarta – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA (DOTAÇÕES)**

4.1. As despesas do presente edital serão acobertadas pelas dotações orçamentária conforme sua demanda. Complemento do elemento: elemento do elemento: 3.3.90.39.22 – exposições, congressos e conferências – registra o valor das despesas com material de consumo para aplicação, manutenção e reposição de qualquer bem público.

#### **Cláusula Quinta – LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO**

5.1. Os objetos contratados deverão estar no local da realização do evento no mínimo 01 (um) dia antes do evento e desmontados 01 (um) dia após o evento, sendo o transporte incumbência do contrato.

5.2. Em caso de problema com algum dos objetos, o mesmo deverá ser substituído imediatamente, correndo as despesas por conta do contratado.

5.3. Na locação dos banheiros químicos, está inclusa 1 (uma) manutenção diária dos mesmos.

5.3. A solicitação dos serviços e equipamentos (tendas, pavilhões, banheiros químicos e demais itens contratados) será realizada pela contratante com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos da data prevista



para o evento. O fornecedor deverá garantir a entrega, montagem, instalação e plena disponibilidade de uso de todos os itens solicitados até a data e horário estipulados pela contratante, independentemente das condições climáticas ou logísticas, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato.

#### **Cláusula Sexta – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS**

- 6.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a entrega, por crédito bancário, devendo a CONTRATADA constar na nota fiscal correspondente, **número da autorização de fornecimento, o número do banco, da agência e da conta corrente** onde deseja receber seu crédito.
- 6.2. A Nota Fiscal apresentada com erro será devolvida para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no **item 6.1 deste termo**, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 6.3. Se o objeto não for entregue conforme especificações e quantidades estabelecidas na autorização de fornecimento, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.
- 6.4. A CONTRATADA deverá manter toda a regularidade fiscal (certidões negativas) para fazer jus ao pagamento, sob pena de não receber o crédito que lhe for de direito, até a respectiva regularização.
- 6.5. O Contratado deverá informar no documento fiscal correspondente o valor do IR e contribuições a serem retidas na operação, e caso for amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero, deverá informar essa condição no documento fiscal. Caso haja alteração de seu enquadramento Tributário legal, deverá comunicar imediatamente o Município.
- 6.5.1. O não atendimento sujeita a Contratada à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço, cfme IN 1234/2012 e 2145/23.

#### **Cláusula Sétima – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 7.1. Fica designado o **servidor ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças**, pela fiscalização do contrato na parte que compete a sua secretaria e para indicar servidor de outras secretarias para realizar a fiscalização de acordo com a demanda e fornecimento do objeto e observância das cláusulas contratuais e exigências do edital e seus anexos.
- 7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, assim como todo o constante no instrumento convocatório (edital) e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.3. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

#### **Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES**

##### **DA CONTRATADA:**

- 8.1. Proceder a entrega do objeto dentro das condições e preços ajustados e nos prazos previstos;
- 8.2. Encaminhar a Nota Fiscal no ato da entrega do objeto a fim de efetivação do pagamento devido;
- 8.3. Prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 8.4. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no



desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Pedras Grandes;

8.5. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente o objeto (subcontratar), sem a devida anuência do Município de Pedras Grandes / SC.

8.6. Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente instrumento.

8.7. Prestar os serviços contratados com qualidade, pontualidade, eficiência e segurança, atendendo integralmente as especificações constantes no termo de Referência, no contrato e autorização de fornecimento.

8.8. Executar os serviços conforme especificações no Termo de Referência e de sua proposta com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas.

8.9. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado, devendo ressarcir imediatamente à Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

8.12. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos relativos à execução do empreendimento.

8.14. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.15. Disponibilizar os equipamentos (tendas, pavilhões e banheiros químicos) em perfeito estado de conservação, funcionamento e higiene, devidamente higienizados, com manutenção adequada durante todo o período de locação.

8.16. Proceder a entrega, montagem, manutenção e desmontagem das estruturas locadas nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos para cada evento ou solicitação.

8.17. Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente identificada e equipada com EPIs (equipamento de proteção individual), para execução das atividades de montagem, desmontagem e manutenção.

8.18. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas ou seus empregados no desempenho de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Pedras Grandes/SC.

8.19. Realizar, nos banheiros químicos, os serviços de:

- a) limpeza periódica (mínimo conforme normas sanitárias e conforme cronograma de cada evento);
- b) reposição de insumos (papel higiênico, desodorizador, entre outros);
- c) coleta e destinação adequada dos resíduos, em conformidade com as normas ambientais e sanitárias vigentes;



- 8.20. Observar e seguir todas as normas técnicas, de segurança, ambientais e sanitárias aplicáveis, inclusive quanto à estabilidade das estruturas montadas e ao uso de materiais antichamas;
- 8.21. Apresentar, quando solicitado, comprovação de destinação adequada dos resíduos sanitários provenientes dos banheiros químicos;
- 8.22. Reparar, substituir ou corrigir, às suas expensas e no prazo final estabelecido pela Administração, quaisquer itens ou serviços executados em desacordo com as especificações contratuais ou que apresentem falhas, defeitos ou vícios;

#### **DA CONTRATANTE**

- 8.7. Convocar a CONTRATADA para assinar termo de contrato ou documento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação;
- 8.8. Fornecer a CONTRATADA, bem como aos responsáveis pela entrega do objeto, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto da contratação;
- 8.9. Efetuar o pagamento a CONTRATADA nas condições de preço e prazo estabelecidos;
- 8.10. Notificar por escrito, a CONTRATADA, toda e qualquer irregularidade constatada no recebimento do objeto;
- 8.11. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 8.12. Providenciar as publicações legais exigidas em lei para todos os atos referentes ao processo.

#### **Cláusula Nona – DAS SANÇÕES**

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

##### **9.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:**

9.1.1. não entregar qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo agente durante o certame; ou entregar em desacordo qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo agente durante o certame;

9.1.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

##### **9.2. fazer declaração falsa ou apresentar documento falso para o certame:**

9.2.1. prestar informações falsas; ou apresentar documentação com informações inverídicas;

9.2.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

##### **9.3. ensejar o retardamento da execução do certame:**

9.3.1. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; não comprovar os requisitos de habilitação; ou praticar qualquer ação, ou se omitir, de modo que prejudique o bom andamento do certame;

9.3.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

##### **9.4. não mantiver a proposta:**

9.4.1. não enviar a proposta; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; e comportar-se de maneira inidônea ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal 12.846/2013;



9.4.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

**9.5 comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:**

9.5.1. frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; ou realizar atos como os descritos no art. 156, IV, § 5º da Lei n. 14.133/2021.

9.5.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

**9.6. cometer fraude de qualquer natureza:**

9.6.1 pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

**9.7. não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital ou não retirar/assinar/não der recebimento ao respectivo instrumento contratual:**

9.7.1. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do item de contratação.

**9.8. dar causa à inexecução parcial e/ou total do contrato:**

9.8.1. atraso injustificado no fornecimento do objeto nos prazos estabelecidos no certame, sendo considerado inexecução total do contrato após decorridos 15 (quinze) dias do atraso.

9.8.2. pena: advertência; impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos. Multa de **1% (um por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)** do valor empenhado, sendo considerado inexecução parcial do contrato. Para o caso de inexecução total do contrato, além da multa relacionada acima, **multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato.

9.9. Além das penalidades acima, os licitantes ficarão sujeitos ao cancelamento de sua inscrição no cadastro do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021.

9.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

## **Cláusula Décima – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I e II do art. 104 da Lei Federal 14.133/2021.

10.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

10.1.3. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela administração com as consequências previstas na cláusula referente as sanções.

10.1.4. Constituem motivos para rescisões os previstos no art. 137 da lei nº 14.133/2021.

10.1.5. Em caso de rescisão prevista nos incisos I e II do art. 104 da Lei Federal 14.133/2021, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido até o momento da rescisão.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

### **Cláusula décima primeira - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

11.1. O contrato poderá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro sempre que os preços registrados tiverem alteração em relação àqueles praticados no mercado, no entanto, não será objeto de reajuste inflacionário, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na 14.133/2021.

11.2. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, prevista no art. 124, inciso II, alínea "d" da lei 14.133/2021, somente será concedida se devidamente comprovada a variação de preços e após análise da administração, num prazo de **até 15 dias**.

11.3. Apenas notas fiscais de fornecedores da contratada não garantem o direito à solicitação requerida, todavia contribuem para demonstrar o impacto. Assim sendo, o fornecedor deverá trazer justificativas suficientes para demonstrar o fator de desequilíbrio. A caracterização do desequilíbrio “deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolarão as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato.” Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara.

11.4. Em outros termos, para demonstrar uma situação de desequilíbrio é necessário recorrer às notícias na mídia, aos pareceres de especialistas no setor impactado e qualquer outro documento ou fonte que permita comparar a situação habitual com a excepcional.

### **Cláusula Décima segunda – DO FORO**

12.1. Fica eleito o Foro de Tubarão, para dirimir questões oriundas deste contrato não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor na presença de testemunhas abaixo qualificados.

Pedras Grandes, **XXX** de **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** de 2025.

\_\_\_\_\_  
**Aginaldo Filippi**  
**Prefeito Municipal**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Representante legal**  
**CONTRATADA**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
**Nome: XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CPF: XXXXXXXXXXXXXXXX**

\_\_\_\_\_  
**Nome: XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CPF: XXXXXXXXXXXXXXXX**



## MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° xx/2025

### PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o Município de Pedras Grandes, inscrito no CNPJ sob n° 82.928.680/0001-72, com sede à Rua José Marcon, n° 311, bairro Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. AGNALDO FILIPPI, inscrito no CPF n° 552.312.339-00, RG n° 1790097 doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n.ºxxx, com sede à xxxx, neste ato representada pelo(a) Sr (a) xxxxxx, RG n.º xxxxxxxx, CPF n xxxxxx, cujo (s) preço (s) foi (ram) registrado (s) através do Pregão Presencial para Registro de Preços n° xx/2025, processo n° xx/2025, homologado em xx/xx/2025, conforme instrumento de mandato, doravante denominado COMPROMITENTE, resolvem registrar os preços, com integral observância da Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes:

### Cláusula Primeira – Do Objeto

- 1.1. A presente licitação tem por objetivo o “ Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de tendas, pavilhões e banheiros químicos, incluindo transporte, a manutenção e demais serviços necessários, para atender as demandas da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, especificações conforme Termo de Referência, anexo do edital.”, conforme especificações técnicas e maiores detalhes constantes no **ANEXO I - Termo de Referência** e minuta do contrato, vinculados a este edital.
- 1.2. **Especificações do objeto:** a presente contratação tem por objeto a locação, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas temporárias, compreendendo tendas, pavilhões e banheiros químicos, de forma eventual e conforme demanda, com o objetivo de atender as necessidades da Prefeitura Municipal e suas respectivas Secretarias, em apoio à realização de diversos eventos institucionais, culturais, esportivos, educacionais, de saúde, sociais e comunitários, dentre outros.
- 1.3. 1.2. A prestação dos serviços deverá incluir, obrigatoriamente:
- 1.4. a) transporte, entrega e retirada dos equipamentos no local indicado;
- 1.5. b) Montagem e desmontagem completa das estruturas contratadas;
- 1.6. c) Instalação adequada conforme normas técnicas de segurança;
- 1.7. d) manutenção preventiva e corretiva durante todo o período de locação;
- 1.8. e) Fornecimento de banheiros químicos em perfeitas condições de uso, com limpeza regular e reposição de insumos (papel higiênico, desodorizadores, etc.)
- 1.9. f) estruturas (tendas e pavilhões) em bom estado de conservação, com resistência adequada às condições climáticas e características do evento;

### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são os da tabela abaixo:



XXXXXX

### **Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
  - 1.1. Os objetos contratados deverão estar no local da realização do evento no mínimo 01 (um) dia antes do evento e desmontados 01 (um) dia após o evento sendo o transporte incumbência do contratante.
  - 1.2. Em caso de problema com algum dos objetos, o mesmo deverá ser substituído imediatamente, correndo as despesas por conta do contratado.
2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.
3. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.
4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Pedras Grandes, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.
5. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.
6. na locação dos banheiros químicos, está inclusa 1 (uma) manutenção diária dos mesmos.
7. A solicitação dos serviços e equipamentos (tendas, pavilhões, banheiros químicos e demais itens contratados) será realizada pela contratante com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos da data prevista para o evento. O fornecedor deverá garantir a entrega, montagem, instalação e plena disponibilidade de uso de todos os itens solicitados até a data e horário estipulados pela contratante, independente das condições climáticas ou logísticas, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato.

### **Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços**

- 1.A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 149/21 e demais legislações pertinentes.
- 2.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 3.O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

### **Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento**



**1. O pagamento** pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até **30 (trinta) dias**.

**1.1.** A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o “**CERTIFICO**” pelo responsável do Município de Pedras Grandes autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

**1.2.** Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

**1.3.** O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Pedras Grandes/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

**3.** O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

**4.** O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

#### **Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição**

**1.** A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

**1.1.** A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

**1.2.** A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto na Lei 14.133/21.

#### **Cláusula Sétima – Das Obrigações**

##### **1. Do Município:**

**1.1.** Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

**1.2.** Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

**1.3.** Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

**1.4.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avencado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

**1.5.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### **2. Da Detentora da Ata:**

**2.1.** Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

**2.2.** Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

**2.3.** Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**2.4.** Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;



- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.
- 2.6. disponibilizar os equipamentos (tendas, pavilhões e banheiros químicos) em perfeito estado de conservação, funcionamento e higiene, devidamente higienizados, com manutenção adequada durante todo o período de locação.
- 2.7. proceder a entrega, montagem, manutenção e desmontagem das estruturas locadas nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos para cada evento ou solicitação.
- 2.8. Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente identificada e equipada com EPIs (equipamentos de proteção individual), para execução das atividades de montagem, desmontagem e manutenção.
- 2.9. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Pedras Grandes/SC.
- 2.10. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência do Município de Pedras Grandes/SC.
- 2.11. Realizar, nos banheiros químicos, os serviços de:
- limpeza periódica (mínimo conforme normas sanitárias e conforme cronograma de cada evento);
  - reposição de insumos (papel higiênico, desodorizador, entre outros);
  - coleta e destinação adequada dos resíduos, em conformidade com as normas ambientais e sanitárias vigentes.
- 2.12. Observar e seguir todas as normas técnicas de segurança, ambientais e sanitárias aplicáveis, inclusive quanto à estabilidade das estruturas montadas e ao uso de materiais antichamas;
- 2.13. Apresentar quando solicitado, comprovação da destinação adequada dos resíduos sanitários provenientes dos banheiros químicos.
- 2.14. Reparar, substituir ou corrigir quaisquer danos causados ao patrimônio público, a terceiros ou ao meio ambiente, decorrentes da execução dos serviços contratados, devendo promover a imediata reparação, sem ônus para a Administração.
- 2.15. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental, de segurança do trabalho e demais normas aplicáveis à execução dos serviços.

#### **Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções**

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

##### **9.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:**

9.1.1. não entregar qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo agente durante o certame; ou entregar em desacordo qualquer documento que tenha sido exigido no edital ou solicitado pelo agente durante o certame;

9.1.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

##### **9.2. fazer declaração falsa ou apresentar documento falso para o certame:**

9.2.1. prestar informações falsas; ou apresentar documentação com informações inverídicas;

9.2.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

##### **9.3. ensejar o retardamento da execução do certame:**



9.3.1. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; não comprovar os requisitos de habilitação; ou praticar qualquer ação, ou se omitir, de modo que prejudique o bom andamento do certame;

9.3.2 pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

**9.4. não manter a proposta:**

9.4.1. não enviar a proposta; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; e comportar-se de maneira inidônea ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal 12.846/2013:

9.4.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos;

**9.5 comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:**

9.5.1. frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; ou realizar atos como os descritos no art. 156, IV, § 5º da Lei n. 14.133/2021.

9.5.2. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

**9.6. cometer fraude de qualquer natureza:**

9.6.1 pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 6 (seis) anos e multa correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do item de contratação;

**9.7. não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital ou não retirar/assinar/não der recebimento ao respectivo instrumento contratual:**

9.7.1. pena: impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do item de contratação.

**9.8. dar causa à inexecução parcial e/ou total do contrato:**

9.8.1. atraso injustificado no fornecimento do objeto nos prazos estabelecidos no certame, sendo considerado inexecução total do contrato após decorridos 15 (quinze) dias do atraso.

9.8.2. pena: advertência; impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Pedras Grandes/SC pelo prazo de até 3 (três) anos. Multa de **1% (um por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)** do valor empenhado, sendo considerado inexecução parcial do contrato. Para o caso de inexecução total do contrato, além da multa relacionada acima, **multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato.

9.9. Além das penalidades acima, os licitantes ficarão sujeitos ao cancelamento de sua inscrição no cadastro do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021.

9.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.



### **Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços**

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
  - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
  - 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
  - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - 1.4. A detentora sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.
  - 1.5. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.
3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 40 do Decreto Municipal nº 149/2021.
5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

### **Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária**

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

### **Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais**

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. xx/2025, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

### **Cláusula Décima Segunda – da Fiscalização**

1. Fica designado o **servidor ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças**, pela fiscalização do contrato na parte que compete a sua secretaria e para indicar servidor de outras secretarias para



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Pedras Grandes

realizar a fiscalização de acordo com a demanda e fornecimento do objeto e observância das cláusulas contratuais e exigências do edital e seus anexos.

**Cláusula Décima Terceira - Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Tubarão, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Pedras Grandes/SC, XX de XXXXXXXXXX de 2025.

Aginaldo Filippi  
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Compromitente

Representante Legal: XXXXXXXXXXXXXXXX